



**RELATÓRIO E CONTAS**

**DO ANO DE 2013**

	Pág.
RELATÓRIO	3 a 21
MAPAS OBRIGATÓRIOS	22
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	23
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	24
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	25
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2012 E 2013	26
ANEXO	27 a 42
MAPAS COMPLEMENTARES	43
DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2013	44 e 45
MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2013	46
CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2013	47
CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	48 a 50
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	51 a 54

## RELATÓRIO

Venerandos Sócios

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado trazemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2013.

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório pretende ser um documento de análise e de avaliação da execução global da Atividade e Orçamento de 2013 do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

### I. APRESENTAÇÃO DO COFRE

#### 1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

##### ANÁLISE NO TRIÊNIO

		Sócios	2011	2012	2013	%2011/2013
Entradas	<b>Admitidos</b>		862	701	587	-31,90
	<b>Readmitidos</b>		27	23	20	-25,93
	<b>Total</b>		<b>889</b>	<b>724</b>	<b>607</b>	<b>-31,72</b>
Saídas	Eliminados:					
	<b>Por incumprimento a)</b>		209	171	215	2,87
	<b>A pedido do sócio b)</b>		396	485	447	12,88
	<b>Nos termos do Art.º 14ºc)</b>		78	39	0	-100,00
	<b>Total Eliminados</b>		<b>683</b>	<b>695</b>	<b>662</b>	<b>-3,07</b>
	<b>Falecidos</b>		684	841	745	8,92
	<b>Total Eliminados + Falecidos</b>		<b>1.367</b>	<b>1.536</b>	<b>1.407</b>	<b>2,93</b>
Existentes		<b>51.975</b>	<b>51.163</b>	<b>50.363</b>	-3,10	

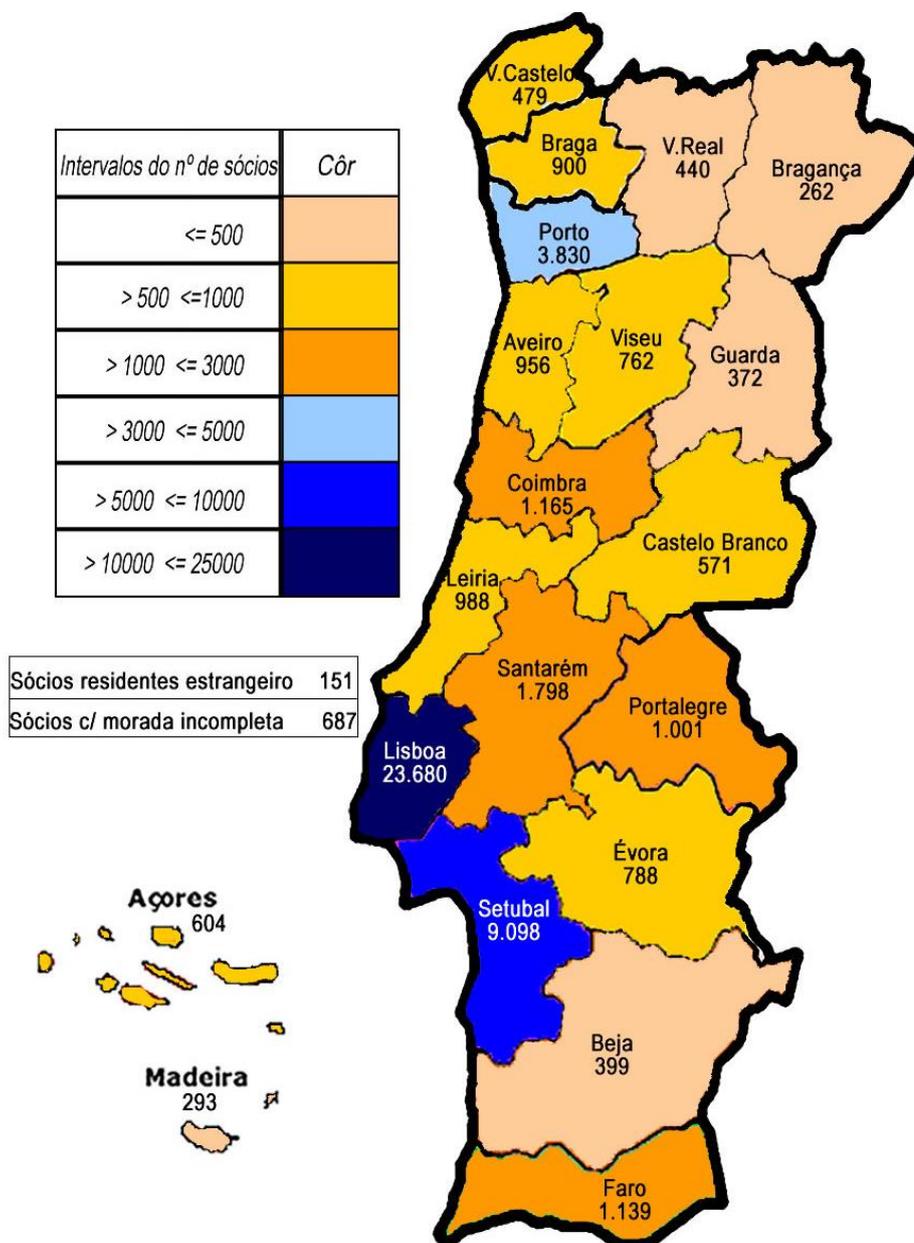
Quadro I

- a) Apesar da crise a subida não foi significativa;
- b) Ainda não conseguimos inverter a situação, apesar da descida em relação a 2012 (os motivos dos pedidos de eliminação são essencialmente financeiros e pessoais);
- c) O número de eliminados nos termos do Art.º 14º foi zero, este fato deveu-se à alteração estatutária ocorrida no sentido de manter os sócios apesar da renda vitalícia.

Como se pode verificar pelo quadro I, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios, devido à insuficiência de novas admissões que não colmatou o número de sócios perecidos.

**1.1. DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS**

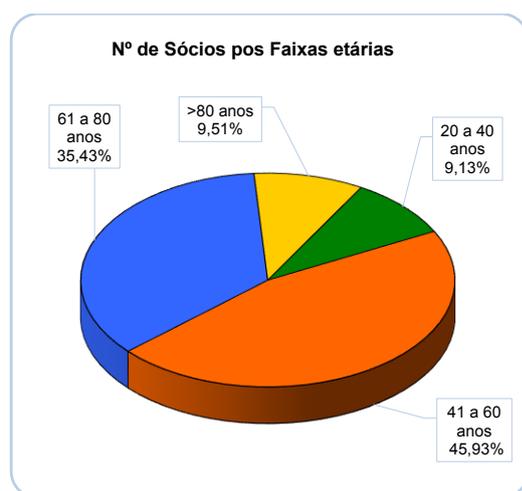
A distribuição geográfica dos sócios pelo País corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos, com exceção dos distritos de Lisboa e de Setúbal que ultrapassam em cerca de dezassete mil e quinhentos o número de sócios dos restantes distritos.



Mapa 1

### 1.2. DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS

A distribuição dos associados por faixas etárias apresenta-se conforme o gráfico 1, podendo observar-se o peso percentual também no Quadro II:



Idades	2012		2013	
	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
<b>20 a 40 anos</b>	5.322	10,40	4.598	9,13
<b>41 a 60 anos</b>	24.055	47,02	23.130	45,93
<b>61 a 80 anos</b>	17.225	33,67	17.842	35,43
<b>&gt; 80 anos</b>	4.561	8,91	4.793	9,51
<b>Total</b>	<b>51.163</b>	<b>100,00</b>	<b>50.363</b>	<b>100,00</b>

Quadro II

Gráfico 1

A contribuição, em sede de quotização anual dos associados indicados no quadro II, de harmonia com as suas faixas etárias corresponde às seguintes percentagens: dos 20 aos 40 anos 11,08 %, dos 41 aos 60 anos 62,66 %, dos 61 anos até ao associado sénior maior (104 anos) 26,26 %.

### 1.3. COMUNICAÇÃO COM OS SÓCIOS ATRAVÉS DE SUPORTE INFORMÁTICO

#### Folha Informativa

A folha informativa bimensal é enviada a todos os associados com endereço eletrónico fornecido pelos próprios, lamentamos que sejam apenas dez mil sócios, apesar dos pedidos que fazemos a todos no sentido de nos indicarem aquele tipo de endereço. Todavia tem sido um êxito a abertura informática daquela folha em mais de 70,00 %.

Sítio

Relativamente às páginas mais visitadas, excluindo a página de entrada, as opções formulários, regalias, arrendamentos diretos e os abonos reembolsáveis são das mais pesquisadas.

O número de visitas mensais é de nove mil.

Localização geográfica dos acessos

Percentagem de acessos	
Região	%
Lisboa	62,05
Setúbal	16,79
Porto	6,10
Santarém	2,55
Faro	1,52
Évora	1,45
Coimbra	1,17
Leiria	1,15
Braga	1,07
Portalegre	1,07
Aveiro	0,91
Castelo Branco	0,83
Beja	0,64
Viseu	0,54
Açores	0,54
Viana do Castelo	0,54
Guarda	0,47
Madeira	0,30
Vila Real	0,26
Bragança	0,05
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Quadro III

A distribuição dos acessos por distritos revela um peso enorme do distrito de Lisboa com 62,05 %, seguindo-se Setúbal com 16,79 % e Porto com 6,10 %, semelhante à distribuição dos sócios por distrito.

## 2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

### 2.1. REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA

No ano de 2013 foram processados 1.099 reembolsos. Este número correspondeu ao montante atribuído de 194.276,90 €.

Comparativamente com o ano de 2012 verificou-se um aumento de 110.926,42 € (133,08 %). Este aumento deve-se à exclusão do pagamento dos três primeiros dias de atestado por parte da entidade patronal no regime da Caixa Geral de Aposentações.

### 2.2. BOLSA DE ESTUDO E SÉNIOR

Neste ano de 2013 fizemos o lançamento das bolsas de estudo e de sénior, as quais tiveram uma adesão de 78 sócios, foram atribuídas - no ano de 2014 - 7 bolsas para o ensino superior e 5 para o ensino secundário não houve candidaturas para as bolsas seniores. (os valores mensais são de 250,00 € e 75,00 € para as bolsas do ensino superior e ensino secundário respetivamente para um período temporal de 10 meses).

### 2.3. FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS

#### PARA AQUISIÇÃO DE HABITACÃO PRÓPRIA

No exercício objeto de análise, foram efetuadas 13 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos no total de 914.675,04 €. Todas as escrituras realizadas em 2013, eram processos em carteira entrados até Março de 2012. Em 4 de Abril daquele ano, devido à necessidade de cumprimento de datas face à informação dos serviços para a realização dos contratos de promessa de compra e venda, ao crescente número de pedidos de financiamento para aquisição/construção da casa e à transferência de hipoteca o C. A. deliberou criar um registo de pedidos. O mapa abaixo ilustra esse registo à data de 31 de Dezembro de 2013.

	<b>Registo de pedidos para a aquisição/construção e transferência de hipoteca</b>
<b>Ano 2012</b>	
Inscrições	95
Canceladas em 2013	20
<b>Saldo Ano 2013</b>	<b>75</b>
<b>Ano 2013</b>	
Inscrições	166
<b>Saldo Ano 2014</b>	<b>241</b>

Quadro IV

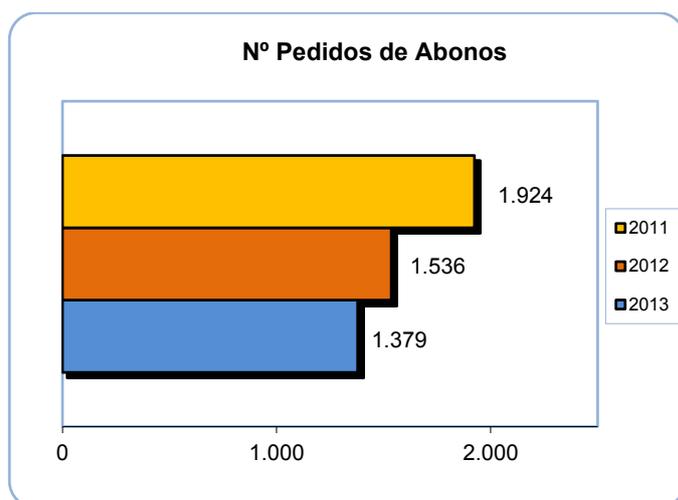
**ABONOS REEMBOLSÁVEIS**

Gráfico 2

ANOS	PEDIDOS	VALOR
2011	1.924	6.195.948 €
2012	1.536	6.068.799 €
2013	1.379	5.622.363 €

Quadro V

No financiamento em causa, atenderam-se 1.379 pedidos correspondendo a um financiamento no total de 5.622.363 €.

**2.4. SUBSÍDIOS POR MORTE****RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE**

Os subsídios por morte vencidos, ascenderam no final de 2012 a 123.727.293,87 €, ou seja, 98,66 % dos subsídios inscritos. Em 2013, o valor destas responsabilidades subiu para 124.350.534,76 €, o valor dos subsídios vencidos ultrapassou o valor dos subsídios inscritos, equivalendo a um crescimento anual de 0,50 %.

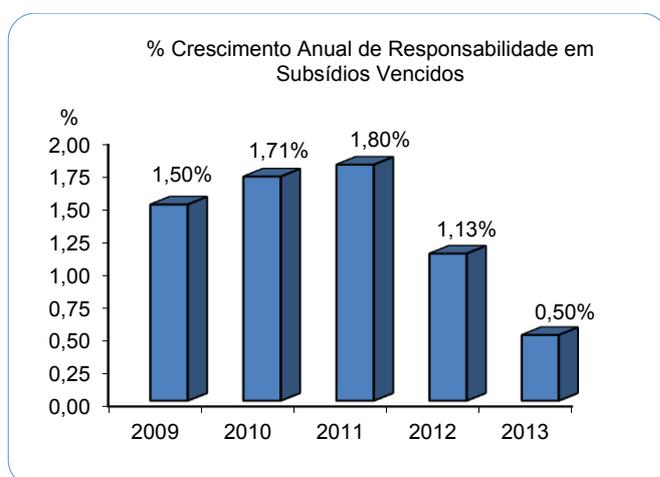


Gráfico 3

**Responsabilidades em Subsídios Vencidos**

Anos	Valor	%
2009	118.158.041,89	1,50
2010	120.181.783,60	1,71
2011	122.348.895,56	1,80
2012	123.727.293,87	1,13
2013	124.350.534,76	0,50

Quadro VI

O valor médio por sócio no final de 2012 foi de 2.418,29 €, crescendo em 2013 para 2.469,09 €, ou seja um aumento de 2,10 %.

## **SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO**

Em 2013, foram conhecidos e concluídos 745 processos de subsídio por morte, no valor total de 595.224,17 €, relativamente a 2012 houve uma diminuição de 27.733,48 € (-4,45 %).

### **2.5. RENDAS VITALÍCIAS**

No decurso do exercício de 2013 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 49 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, mais 31 do que no ano transato.

### **2.6. CENTROS DE LAZER**

2.6.1. A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, registou 26,37 % de ocupação em 2013, ou seja um aumento de 6,83 % relativamente a 2012.

2.6.2. O Centro de Lazer, na Praia do Vau, registou em 2013 uma média de ocupação mensal de 39,58 %. Em 2012 aquela percentagem foi de 37,99 %, sendo o seu aumento de 1,59 %.

### **2.7. VIAGENS E TURISMO**

Em 2013 sessenta e quatro associados e sessenta e dois familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência de Viagens Abreu.

### **2.8. RESIDÊNCIAS SENIORES**

2.8.1. A Residência de Loures registou uma ocupação de 88,73 % da sua capacidade de 51 utentes, ou seja um aumento de 2,62 % relativamente a 2012.

2.8.2. A Residência de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 77,50 % da capacidade instalada, ou seja mais 4,31 % relativamente a 2012, devido ao aumento da procura, sobretudo no final do ano.

## **II. EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE**

De entre todas as atividades desenvolvidas destacamos as que, pelo seu peso, merecem aqui referência.

### **1. QUOTIZAÇÃO**

Em 2013 os rendimentos provenientes das quotas alteraram a tendência de crescimento verificado nos últimos anos (quadro VII). No final do exercício os rendimentos em causa

totalizaram 3.370.563,24 (-0,18 %), apesar desta diminuição manteve-se a tendência de crescimento do valor médio anual/sócio, de 65,99 € para 66,93 € (+1,41 %) neste exercício.

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 48,12 %.

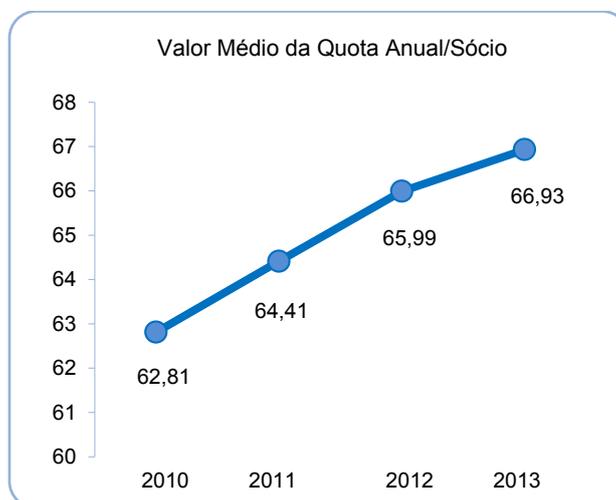


Gráfico 4

A interpretação numérica do gráfico 4 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro VII.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000 €							
ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		QUOTIZAÇÃO ANUAL NO FIM DO EXERCÍCIO			MÉDIA ANUAL QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓCIOS	VALOR	Nº SÓCIOS	VALOR	%CRESCIM	VALOR	%CRESCIM
2009	53.333	3.207,88	52.944	3.221,13	1,42%	0,06084	2,17%
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26	50.363	3.370,56	-0,18%	0,06693	1,41%
2014	50.363	3.374,22					

( 1 ) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente

(Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro VII

## 2. FINANCIAMENTOS

O financiamento direto à aquisição de habitação e obras de beneficiação foi de 914.675,04 €.

O financiamento de outras despesas através dos “subsídios reembolsáveis” revelou uma diminuição, não só quanto ao número de pedidos (-157). Houve também um decréscimo, como se aludiu no ponto 2.3 do presente relatório, quanto ao montante concedido (-446.436 €).

O peso percentual dos juros provenientes desta atividade é de 23,75 %.

O rendimento global desta atividade foi no montante de 1.517.119,11 €, traduzindo um decréscimo de 2,39 % em relação ao ano de 2012.

### 3. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2013 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centros de Lazer do Vau ascenderam a 1.384.838,55 €, mais 88.790,03 € relativamente a 2012 (+6,85 %). (quadro VIII e VIII (a)).

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 19,77 %.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor	%
<b>Residência para Seniores - Loures</b>	544.265,63	39,30
<b>Residência para Seniores - Vila Fernando</b>	261.251,41	18,87
<b>Centro de Férias - Vau</b>	384.624,09	27,77
<b>Unidade de Turismo Rural - Covilhã</b>	160.555,38	11,59
<b>Residência Universitária - Porto</b>	4.085,92	0,30
<b>Residência Universitária - Lisboa</b>	30.056,12	2,17
<b>Total</b>	<b>1.384.838,55</b>	<b>100,00</b>

Quadro VIII

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2012	2013	%
<b>Residência para Seniores - Loures</b>	545.160,72	544.265,63	-0,16
<b>Residência para Seniores - Vila Fernando</b>	243.918,06	261.251,41	7,11
<b>Centro de Férias - Vau</b>	397.794,87	384.624,09	-3,31
<b>Unidade de Turismo Rural - Covilhã</b>	108.544,87	160.555,38	47,92
<b>Residência Universitária - Porto</b>	630,00	4.085,92	548,56
<b>Residência Universitária - Lisboa</b>	-	30.056,12	
<b>Total</b>	<b>1.296.048,52</b>	<b>1.384.838,55</b>	<b>6,85</b>

Quadro VIII (a)

### 4. ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2013, a atividade relacionada com o arrendamento urbano manteve-se idêntica à de anos anteriores. O peso percentual desta atividade no conjunto é de 4,86 %.

### III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, analisamos o desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em 4 pontos básicos:

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ACTIVIDADES
2. CRESCIMENTO
3. RENTABILIDADE
4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores e por ser obrigatória, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos definidos no SNC (Sistema de Normalização Contabilística), principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

#### 1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ACTIVIDADES

##### 1.1. RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / / ACTIVIDADES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
SEDE	20.655,20	3.370.563,24		1.663.424,94	224.871,79	5.279.515,17
RESIDÊNCIA DE LOURES	544.265,63					544.265,63
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	261.251,41					261.251,41
RESIDENCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	4.085,92					4.085,92
RESIDENCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	30.056,12					30.056,12
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	384.624,09					384.624,09
UNID. TURISMO COVILHÃ	160.555,38					160.555,38
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			340.520,27			340.520,27
<b>TOTAL</b>	<b>1.405.493,75</b>	<b>3.370.563,24</b>	<b>340.520,27</b>	<b>1.663.424,94</b>	<b>224.871,79</b>	<b>7.004.873,99</b>

\*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

\*\*Inclui proveitos subsídios prescritos, correções exercícios anteriores.

Quadro IX

**RENDIMENTOS E GANHOS COMPARAÇÃO 2012 E 2013**

<b>Rendimentos e ganhos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Variação %</b>
<b>Prestações serviços</b>	1.305.742,41	1.405.493,75	7,64
<b>Quotas</b>	3.376.476,15	3.370.563,24	-0,18
<b>Rendas propriedades de investimento</b>	345.049,37	340.520,27	-1,31
<b>Outros</b>	211.525,84	224.871,79	6,31
<b>Juros (a)</b>	1.856.527,64	1.663.424,94	-10,40
<b>Total</b>	<b>7.095.321,41</b>	<b>7.004.873,99</b>	<b>-1,27</b>

(a) A baixa dos juros pelos motivos aludidos contribui para a diferença verificada neste quadro

## Quadro X

**COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA PARA O RENDIMENTO GLOBAL**

<b>Designação</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	18,40	20,06
<b>Quotas</b>	47,59	48,12
<b>Rendas propriedades de investimento</b>	4,86	4,86
<b>Outros</b>	2,98	3,21
<b>Juros</b>	26,17	23,75
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## Quadro XI

Os valores percentuais de seguida referidos são calculados relativamente ao total de rendimentos.

- 1.1.1. Os rendimentos relativos a “Prestações de Serviços” realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, Centros de lazer da Covilhã e Centro de Lazer do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.405.493,75 €, correspondendo a 20,06 % do total global dos rendimentos.
- 1.1.2. O valor de “Quotas” ascendeu a 3.370.563,24 €, representando 48,12 % do total global dos rendimentos.
- 1.1.3. As rendas dos imóveis contribuíram com 340.520,27 €, correspondendo a 4,86 % do total global dos rendimentos. A razão do rendimento apresentar um valor pouco significativo explica-se pelo montante baixo das rendas antigas as quais ainda não foram atualizadas. Nos rendimentos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do C. L. do Vau.

1.1.4. O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido. Para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta atividade acrescido dos juros obtidos (depósitos a prazo) representa 23,75 % do total global dos rendimentos.

## 1.2. GASTOS

Os gastos diretamente relacionados com as atividades operacionais constam do seguinte quadro:

GASTOS POR NATUREZA / / ACTIVIDADES	FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS	GASTOS C/ PESSOAL (a)	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS COM PROP. INVEST.	OUTROS (b)	JUROS	TOTAL
SEDE	552.016,50	1.417.160,48	266.054,18	1.345.740,12		1.143.502,79	12.096,60	4.736.570,67
RESIDÊNCIA DE LOURES	296.206,67	574.934,12	149.625,15					1.020.765,94
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	165.005,03	269.446,33	71.058,93					505.510,29
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	12.032,09	19.297,44	27.737,34					59.066,87
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	13.037,92	34.132,02	40.711,83					87.881,77
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	194.790,00	80.703,44	169.242,82					444.736,26
UNID. TURISMO COVILHÃ	127.477,19	105.175,38	188.375,83					421.028,40
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			139.541,20		80.218,02			219.759,22
<b>TOTAL</b>	<b>1.360.565,40</b>	<b>2.500.849,21</b>	<b>1.052.347,28</b>	<b>1.345.740,12</b>	<b>80.218,02</b>	<b>1.143.502,79</b>	<b>12.096,60</b>	<b>7.495.319,42</b>

a) Nesta rubrica estão também incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

b) Nesta rubrica está incluído o reforço das imparidades para as dívidas de cobrança duvidosa

Quadro XII

### GASTOS COMPARAÇÃO 2012 E 2013

Gastos	2012	2013	Varição %
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	1.619.853,46	1.360.565,40	-16,01
<b>Gastos com o pessoal</b>	1.848.618,82	2.500.849,21	35,28
<b>Gastos de depreciação e amortização de bens</b>	975.022,47	1.052.347,28	7,93
<b>Gastos de previdência social</b>	1.423.409,54	1.345.740,12	-5,46
<b>Encargos com propriedades de investimento</b>	61.463,18	80.218,02	30,51
<b>Juros</b>	54.094,15	12.096,60	-77,64
<b>Outros</b>	415.422,12	1.143.502,79	175,26
<b>Total</b>	6.397.883,74	7.495.319,42	17,15

Quadro XIII

**COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA NOS GASTOS GLOBAIS**

<b>Designação</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	25,32	18,15
<b>Gastos com o pessoal</b>	28,89	33,37
<b>Gastos de depreciação e amortização de bens</b>	15,24	14,04
<b>Gastos de previdência social</b>	22,25	17,95
<b>Encargos com propriedades de investimento</b>	0,96	1,07
<b>Juros</b>	0,85	0,16
<b>Outros gastos</b>	6,49	15,26
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Quadro XIV

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

1.2.1. Os “Fornecimentos e serviços externos” onde se incluem a eletricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das atividades, totalizam 1.360.565,40 € correspondendo a 18,15 % do total dos gastos.

Sofreram relativamente a 2012 um decréscimo de 16,01 % devido à rescisão do contrato com o prestador de serviços subcontratado nos Centros de Lazer da Covilhã e do Vau.

1.2.2. Os “Gastos com o pessoal” somam 2.500.849,21 €, representando 33,37 % do total dos gastos. Esta rubrica é das mais influentes no total dos gastos e sofreu em 2013 um aumento de 35,28 %, devido ao aumento de efetivos nos centros de Lazer da Covilhã e do Vau, uma vez que a gestão dos centros passou a ser efetuada diretamente pelo Cofre.

1.2.3. As “Amortizações” correspondem às depreciações dos bens móveis e imóveis, que representam 14,04 % do total dos gastos, houve um aumento de 7,93 % pois iniciou-se a amortização da Residência Universitária de Lisboa.

1.2.4. Os “Gastos p/ benefícios de previdência social” são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 1.345.740,12 € representando 17,95 % do total global dos gastos. Nos gastos de previdência social estão incluídos os reforços da provisão calculada com base em estudo atuarial (527.813,00 € em 2013 e 668.109,00 € em 2012).

1.2.5. A rubrica de outros gastos inclui a imparidade (ajustamento) para as dívidas de cobrança duvidosa, que no exercício de 2013 aumentaram 822.896,69 €, este aumento significativo, deveu-se à alteração do lançamento contabilístico da maioria dos processos de dívida de habitação que passaram a estar refletidos nas contas das dívidas em contencioso.

#### **RESULTADOS DAS ATIVIDADES**

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / / ACTIVIDADES	RENDIMENTOS/ GANHOS	GASTOS	RESULTADO	RESULTADO	Variação valor
			2013	2012	
SEDE	5.279.515,17	4.736.570,67	542.944,50	1.549.812,04	-1.006.867,54
RESIDÊNCIA DE LOURES	544.265,63	1.020.765,94	-476.500,31	-374.622,88	-101.877,43
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	261.251,41	505.510,29	-244.258,88	-249.391,21	5.132,33
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	4.085,92	59.066,87	-54.980,95	-30.476,87	-24.504,08
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	30.056,12	87.881,77	-57.825,65	-	-57.825,65
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	384.624,09	444.736,26	-60.112,17	-20.169,32	-39.942,85
UNID. TURISMO COVILHÃ	160.555,38	421.028,40	-260.473,02	-331.897,66	71.424,64
PRÉDIOS DE RENDIMENTO	340.520,27	219.759,22	120.761,05	154.183,57	-33.422,52
<b>TOTAL</b>	<b>7.004.873,99</b>	<b>7.495.319,42</b>	<b>-490.445,43</b>	<b>697.437,67</b>	<b>-1.187.883,10</b>

Quadro XV

O quadro acima apresentado mostra-nos os resultados das diversas atividades desenvolvidas pelo Cofre em 2013, comparadas com as do ano de 2012 e apresentando a sua variação.

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

1.2.6. Na Sede a variação é negativa no montante de 1.006.867,54 €. Esta variação é resultado do reforço da provisão das dívidas de sócios no total de 822.896,69 € bem como do crédito do cartão de saúde no valor de 195.719,55 €, por ainda não se ter recebido o estorno da diferença negociada aquando da introdução do cartão, ou seja 30.000 associados no mínimo tendo a companhia cobrado indevidamente relativo a 40.000.

1.2.7. A Residência de Loures apresenta igualmente uma variação negativa 101.877,43€. Este resultado é justificado pelo aumento dos gastos com o pessoal.

1.2.8. A residência de Vila Fernando apresentou um resultado positivo que se deveu ao aumento das prestações de serviços pelo aumento da ocupação, sobretudo no final do ano.

1.2.9. O Centro de Lazer da Covilhã apresentou um resultado menos negativo em virtude do início da atividade de restauração e do aumento da ocupação, aumentando assim os proveitos neste Centro de Lazer, uma melhoria no resultado de 21,52 %.

1.2.10. Relativamente ao C. F. do Vau, também apresentou um resultado negativo devido ao início da amortização da piscina para adultos e crianças que foi construída no ano de 2013.

1.2.11. No que se refere aos “Prédios de Rendimentos”, registou-se uma descida do resultado de 21,68 %, que deveu ao aumento gastos com as remodelações dos imóveis.

## **2. CRESCIMENTO**

### **2.1. RENDIMENTOS**

2.1.1. Como referimos, a quotização em 2013 representou 3.370.563,24 €, contribuindo com 48,12 % para o total dos rendimentos. Houve um decréscimo, em termos percentuais, que foi de 0,18 % relativamente a 2012, em parte devido à alteração estatutária com a abertura a candidatos a sócios sem subsídio por morte. Reduzindo por um lado as responsabilidades, mas por outro diminui o valor da quotização.

2.1.2. As “Prestações de serviços” em 2013 totalizaram 1.405.493,75 €, verificando-se uma variação positiva de 7,64 %, relativamente ao ano 2012, sobretudo pelo aumento da ocupação no Centros de Lazer da Covilhã e pelo início do serviço de restauração neste empreendimento.

2.1.3. Os resultados das aplicações financeiras efetuadas mostram-nos um resultado negativo de 61,46 %, correspondendo esta percentagem à variação entre 93.550,42 € do ano de 2013 e 242.755,11 € do ano de 2012, a qual se deve à diminuição das taxas de juros, face à aplicação de novas regras impostas pelo Banco de Portugal ao fixar as taxas de juro máximas para os depósitos a prazo.

2.1.4. Nos Apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação e para obras e ainda os abonos reembolsáveis. O seu resultado no presente exercício foi negativo em 2,39 %, o qual corresponde à diferença entre o resultado obtido no ano de 2012 e de 2013, no montante de 37.155,57 €, tal fato deve-se à descida do número de empréstimos concedidos para a habitação e abono reembolsáveis.

2.1.5. Em consequência da valorização dos Títulos da Dívida Pública, reconheceu-se o correspondente ganho no montante de 78.008,65 €. O Fundo de Tesouraria teve

igualmente no ano de 2013 um comportamento de valorização, levando à redução da provisão existente no valor de 2.254,69 €.

## 2.2. **GASTOS**

2.2.1. Os “Gastos com o pessoal” aumentaram no ano de 2013 no valor de 652.230,39 €. Este aumento deveu-se à transferência dos trabalhadores do anterior prestador de serviços para o quadro do Cofre.

2.2.2. Nos “Gastos financeiros”, verificou-se na rubrica “Juros de financiamento obtidos” uma diminuição dos juros pois a conta caucionada foi liquidada.

2.2.3. As “Imparidades de dívidas a receber” resultaram do aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. Reforçou-se a imparidade no montante de 822.896,69 €. Este ajustamento inclui as dívidas de cartão de saúde referentes à anuidade de 2012/2013, cujo valor foi de 47.053,78 €.

Está representada no gráfico 5 a repartição entre gastos e proveitos dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e proveitos- anteriormente apresentados.

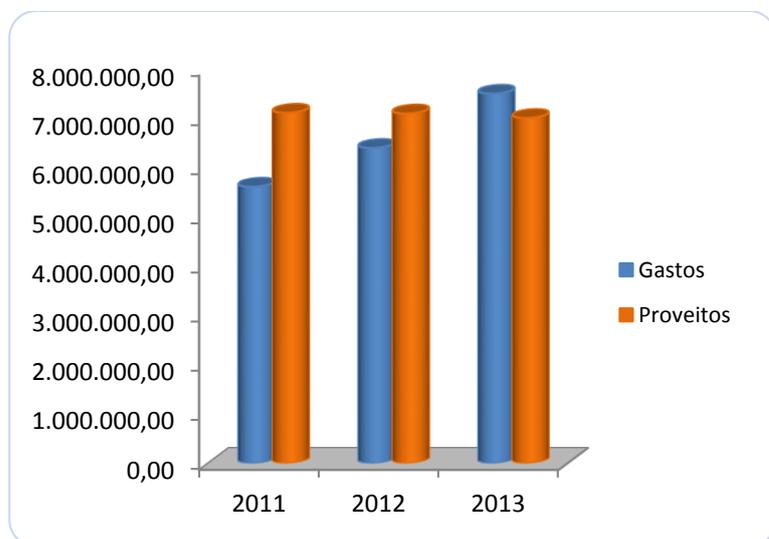


Gráfico 5

Anos	Gastos	Proveitos
2011	5.613.085,41	7.110.146,10
2012	6.397.883,74	7.095.321,41
2013	7.495.319,42	7.004.873,99

Quadro XVI

### 3. RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

- 3.1. A rendibilidade bruta da quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,71 %. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, aquela rendibilidade desce para 1,63%.
- 3.2. A remuneração bruta dos Financiamentos à habitação e outras despesas, calculadas em função da média dos capitais envolvidos, teve um resultado positivo correspondente a 5,11 %.
- 3.3. Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual de valor igual, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

### 4. RESERVAS MATEMÁTICAS<sup>(1)</sup>

No ano de 2013, foi reforçada a provisão e incorporada nos “Gastos de previdência social” para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo atuarial à data de 31 de Dezembro de 2013, ou seja:

Referente a subsídios por morte	10.306.965,00 €
Referente a rendas vitalícias	254.548,00 €

<sup>(1)</sup> As Reservas Matemáticas, são para garantir o pagamento de subsídios por morte e rendas vitalícias.

Em conclusão:

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício foi de menos 490.445,43 €. Esta diminuição reflete, no essencial, o aumento dos “Gastos com o pessoal” no valor de 652.230,39 €, o aumento do “Reforço de ajustamento de dívidas de sócios” no valor de 822.896,69 €, a não entrada do estorno no exercício findo em 2013, referente a cartão de saúde (entrou no decurso do presente ano) e na diferença dos juros referentes às aplicações financeiras face as novas regras do Banco de Portugal.

#### **IV. A CONCRETIZAÇÃO DE 2013 E A PREVISÃO PARA O ANO DE 2014**

No último ano de atividade apesar das dificuldades todos constatámos o crescimento do Cofre, nos ativos, na responsabilidade, trabalho e dedicação. Este facto deve-se essencialmente à implantação de uma nova cultura de trabalho, de gestão, de uma maior proximidade aos trabalhadores por parte do Conselho de Administração, bem como dos locais onde dispomos de empreendimentos e de uma visão estratégica para o futuro.

Racionalizámos alguns custos (gastos) contribuindo para essa diminuição a central de compras, horas extraordinárias, dinamizámos mais os nossos benefícios, divulgámos as ofertas não só através da nossa revista Cofre, mas também no nosso sítio na Net.

Como sabemos o ano de 2013 no nosso País continua marcado pela intervenção do Banco Europeu, da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional na nossa economia e por um conjunto de medidas governamentais bastante agressivas – diminuição salarial e da aposentação entre nós funcionários públicos no ativo e aposentados, o sustentáculo do Cofre.

Estas intervenções concorreram para um desaceleramento acentuado da economia do país. No Cofre sentimo-la em todas as áreas, com a exceção nos nossos Centros de Lazer. Não se verificando o afastamento previsível dos nossos associados dos aludidos centros. Tal facto deveu-se às campanhas efetuadas, à diminuição do custo dos apartamentos e a uma maior ofertas das atividades lúdicas.

Apesar dos atrasos verificados em todas as obras, devido à intempérie que assolou o nosso País, às denúncias em todos os locais, com particular incidência na Quinta de Santa Iria onde se verificou o embargo das obras, levou-nos a regularizar toda a área agrícola coberta construída sem quaisquer projetos pelas anteriores Direções provocando um atraso prejudicial para a atividade desenvolvida naquele espaço e no início do protocolo com a Universidade da Beira Interior (U.B.I) na utilização do observatório, planetário e auditório e nas visitas deixadas de efetuar pelos alunos das escolas daquela região.

Apesar de algum otimismo para o ano de 2014 no desenvolvimento da economia, a verdade são as medidas duras a aplicar às remunerações dos funcionários no ativo e às aposentações e pensões apresentadas pelo Governo, apesar disso o nosso pensamento positivo será essencial para a continuidade das estratégias de desenvolvimento do Cofre no sentido de valorar e de proteger todos principalmente os mais desfavorecidos.

Este ano de 2014 apesar das dificuldades previsíveis será mais um desafio para vencer e concretizar as ideias, recuperar o Seguro de Saúde Cofre melhorando com mais benefícios, prestar um serviço de excelência nas nossas Residências Sênior, continuar a ajudar os nossos descendentes nos seus objetivos educacionais e de formação, contribuir para uma estada mais confortável nos Centros de Lazer e finalmente minorar as dificuldades dos mais necessitados. Para isso é fundamental a ajuda de todos os Associados e Colaboradores, unidos e com coesão seremos naturalmente mais fortes e assim conseguiremos honrar os objetivos sociais da nossa secular Instituição.

A materialização dos objetivos traçados no início de 2013, apesar das dificuldades, não teria sido possível sem a contribuição, empenho, esforço e dedicação dos Trabalhadores, Fornecedores e Prestadores de serviços distribuídos pelas várias áreas. A todos deixamos expresso o nosso agradecimento e um incentivo muito forte para assim continuarem e a progredirem no decurso do ano de 2014.

Cofre, aos 10 dias de Abril do ano de 2014.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

*Américo Tomé Jardim*  
*Francisco Manuel Feliciano Pinteus*  
*Vitor Calado Luz*  
*Maria Manuela Charrua Franco*  
*Maria Catarina Gonçalves dos Santos*

MAPAS OBRIGATÓRIOS:

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	7	24.858.442,29	23.857.726,58
Propriedades de Investimento	8	5.670.209,66	5.299.730,93
Ativos Intangíveis	9	20.073,52	161.740,94
Investimentos Financeiros	12.5	296.909,56	216.646,22
Associados	12.1	25.516.235,23	24.463.618,46
		56.361.870,26	53.999.463,13
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Clientes	12.1	149.904,78	119.029,35
Estado e Outros Entes Públicos	13	0,00	14.943,78
Associados	12.1	5.292.327,20	8.352.481,99
Outras Contas a Receber	12.1	174.867,98	232.260,36
Diferimentos	14	117.779,19	53.413,87
Caixa e Depósitos Bancários	4	5.054.059,17	6.670.196,39
		10.788.938,32	15.442.325,74
Total do Ativo		67.150.808,58	69.441.788,87
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		51.711.786,65	51.014.348,98
Outras Variações no Fundos patrimoniais	15	3.428.885,37	3.425.625,35
		55.140.672,02	54.439.974,33
Resultado Líquido do Período		-490.445,43	697.437,67
		-490.445,43	697.437,67
Total do Fundo de Capital		54.650.226,59	55.137.412,00
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	11	10.787.290,00	10.259.477,00
		10.787.290,00	10.259.477,00
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	12.2	156.642,14	129.722,40
Adiantamentos de Clientes	12.2	15.672,77	16.090,03
Estado e Outros Entes Públicos	13	89.876,30	50.098,43
Associados	12.2	587.897,53	532.806,70
Financiamentos Obtidos	12.4	24.487,61	2.700.000,00
Diferimentos	14	196.393,42	5.810,84
Outras Contas a Pagar	12.2	642.322,22	610.371,47
		1.713.291,99	4.044.899,87
Total do Passivo		12.500.581,99	14.304.376,87
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		67.150.808,58	69.441.788,87

A Técnica Oficial de Contas  
Gisela Carvalho Pinto Martins  
TOC nº 73.248

O Conselho de Administração  
Américo Tomé Jardim  
Francisco Manuel Feliciano Pinteus  
Vitor Calado Luz  
Maria Catarina Gonçalves dos Santos  
Maria Manuela Charrua Franco

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	10	1.405.493,75	1.305.742,41
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.360.565,40	-1.619.853,46
Gastos com o pessoal	17	-2.500.849,21	-1.848.618,82
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	-806.538,40	-395.733,31
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.5	80.263,34	12.321,71
Outros rendimentos e ganhos	10	3.839.333,67	3.920.729,65
Outros gastos e perdas	18	-1.746.564,24	-1.504.561,53
Resultados antes de depreciação		-1.089.426,49	-129.973,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-1.052.347,28	-975.022,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.141.773,77	-1.104.995,82
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.663.424,94	1.856.527,64
Juros e gastos similares suportados		-12.096,60	-54.094,15
Resultados antes de impostos		-490.445,43	697.437,67
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-490.445,43	697.437,67
		-490.445,43	697.437,67

**A Técnica Oficial de Contas**

*Gisela Carvalho Pinto Martins*  
TOC nº 73.248

**O Conselho de Administração**

*Américo Tomé Jardim*  
*Francisco Manuel Feliciano Pinteus*  
*Vitor Calado Luz*  
*Maria Catarina Gonçalves dos Santos*  
*Maria Manuela Charrua Franco*

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes/associados		13.742.059,93	12.750.325,21
Pagamentos a clientes/associados		-6.537.994,92	-9.987.403,43
Pagamentos a fornecedores		-1.746.226,11	-2.735.752,25
Pagamentos ao pessoal		-1.710.609,12	-1.375.402,78
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>3.747.229,78</b>	<b>-1.348.233,25</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-1.005.728,40	534.648,40
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>2.741.501,38</b>	<b>-813.584,85</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-1.853.304,01	-2.113.700,14
<i>Ativos intangíveis</i>		-3.379,45	-21.613,56
<i>Propriedades de investimento</i>		-181.469,86	-193.791,91
<i>Outros ativos</i>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Rendas de propriedades de investimento</i>		306.742,04	310.098,81
<i>Outros ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		108.121,78	302.461,14
<i>Dividendos</i>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-1.623.289,50</b>	<b>-1.716.545,66</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-2.700.000,00	
<i>Juros e gastos similares</i>		-34.349,10	-31.815,93
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de fundos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-2.734.349,10</b>	<b>-31.815,93</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-1.616.137,22</b>	<b>-2.561.946,44</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	6.670.196,39	9.232.142,83
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	5.054.059,17	6.670.196,39

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	Notas	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	6	15	49.517.288,29	0,00	0,00	3.427.213,64	1.497.060,69	54.441.562,62
<b>ALTERAÇÕES DO PERÍODO</b>								
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial					-1.588,29			-1.588,29
	7	15	0,00	0,00	0,00	-1.588,29	0,00	-1.588,29
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	8	15				697.437,67		697.437,67
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9 = 7 + 8	15				697.437,67		695.849,38
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			1.497.060,69				-1.497.060,69	0,00
	10	15	1.497.060,69	0,00	0,00		-1.497.060,69	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	6 + 7 + 8 + 10	15	51.014.348,98	0,00	0,00	3.425.625,35	697.437,67	55.137.412,00

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2013

RUBRICAS	Notas	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013</b>	6	15	51.014.348,98	0,00	0,00	3.425.625,35	697.437,67	55.137.412,00
<b>ALTERAÇÕES DO PERÍODO</b>								
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial					3.260,02			3.260,02
	7	15	0,00	0,00	0,00	3.260,02	0,00	3.260,02
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	8	15				(490.445,43)		(490.445,43)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9 = 7 + 8	15				(490.445,43)		(487.185,41)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			697.437,67				(697.437,67)	0,00
	10	15	697.437,67	0,00	0,00		(697.437,67)	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013</b>	6 + 7 + 8 + 10	15	51.711.786,65	0,00	0,00	3.428.885,37	-490.445,43	54.650.226,59

## ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### 1.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

#### 1.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra F  
1112-803 Lisboa

#### 1.3. NIPC:

500 969 442

#### 1.4. Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública. De entre as atribuições do Cofre salienta-se: “Criar ou ajudar a criação dos centros de assistência materno-infantil e escolar, de ocupação dos tempos livres, de apoio à terceira idade, de lazer e outros que tenham por fim o apoio ou a satisfação das necessidades de ordem económica, cultural, social e de saúde dos sócios, bem como dos ascendentes do sócio e cônjuge.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;
- Portaria 106/2011, de 14 de março, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;
- Aviso n.º 6726-B/2011 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

O conjunto dos normativos que integram o ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2012. Em 2010 e 2011 o Cofre adotou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009.

#### 2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excepcionalmente, tenham sido derogadas e respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derivações.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL., e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

##### a) Ativos Fixos Tangíveis

##### i) **Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta**

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida em que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

##### ii) **Métodos de depreciação usados**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha recta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

##### iii) **Vidas úteis estimadas**

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objecto de avaliação anual.

##### **b) Propriedades de Investimento**

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edificios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculadas com base no método da linha recta e taxa anual.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

<b>Propriedades de investimento</b>	<b>Número de anos</b>
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Não existem avaliações atuais das propriedades de investimento.

### **c) Ativos Intangíveis**

#### **i) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta**

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha recta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do ativo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, os mesmos, não estando sujeitos a amortização, são objecto de teste de imparidade se existirem indicadores que o justifique. São mensurados ao custo inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

#### **ii) Vidas úteis estimadas**

<b>Ativos intangíveis</b>	<b>Número de anos</b>
Programas de computador	3

### **d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis**

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”,

salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### **e) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

#### **f) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

##### **i) Dívidas de sócios e outras contas a receber**

As dívidas de sócios e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor sendo subsequentemente mensuradas ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

##### **ii) Empréstimos obtidos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

##### **iii) Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo amortizado.

##### **iv) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem a valores imediatamente disponíveis.

#### **g) Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e

assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

#### **h) Provisões e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objecto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respectivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo actuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Taxa de rendimento: 3,5%;

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de desconto: 3,5%;

Custo de gestão dos benefícios: 6,72% das quotas anuais.

#### **i) Imposto sobre o rendimento**

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direcção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

#### **j) Rédito**

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da atividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente das residências seniores, universitárias e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efectivo.

#### **k) Regime de acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

### 3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dividas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

### 3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

### 3.4. Principais fontes de incerteza

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respectivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	3.142,19
<b>Total de caixa</b>		<b>3.142,19</b>
Depósitos à ordem	12	1.543.183,70
Depósitos a prazo	13	3.507.733,28
<b>Total de depósitos bancários</b>		<b>5.050.916,98</b>
<b>Total de caixa e equivalentes</b>		<b>5.054.059,17</b>

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à atividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas atividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adoptadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas

consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva. As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, reexpressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

## 6. PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas colectivas.

O pessoal chave da Gestão é remunerado através de senhas de presença em função das reuniões efectuadas conforme nota 17.

## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

b) As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
<b>Saldos em 01-01-2013</b>								
Quantias brutas	3.764.251,84	21.188.104,16	2.845.040,39	262.319,61	597.564,36	32.415,56	2.227.539,53	30.917.235,45
Depreciações acumuladas	0,00	3.840.550,21	2.558.653,08	139.336,65	490.940,60	30.028,33	0,00	7.059.508,87
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.764.251,84</b>	<b>17.347.553,95</b>	<b>286.387,31</b>	<b>122.982,96</b>	<b>106.623,76</b>	<b>2.387,23</b>	<b>2.227.539,53</b>	<b>23.857.726,58</b>
<b>Movimento em 2013</b>								
<b>Ativo fixo</b>								
Aquisições	70.439,00	923.550,52	272.269,43		62.732,78	3.695,17	520.617,11	1.853.304,01
Alienações								0,00
Abates		(72.447,15)						(72.447,15)
Transferências	143.750,00	1.348.959,68	95.949,36		(69,52)		(1.607.770,31)	(19.180,79)
<b>Total do exercício</b>	<b>214.189,00</b>	<b>2.200.063,05</b>	<b>368.218,79</b>	<b>0,00</b>	<b>62.663,26</b>	<b>3.695,17</b>	<b>(1.087.153,20)</b>	<b>1.761.676,07</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Depreciações do exercício		484.346,26	166.146,92	46.854,37	64.079,77	1.051,50		762.478,82
Alienações								0,00
Abates		(1.448,94)						(1.448,94)
Transferências					(69,52)			(69,52)
<b>Total do exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>482.897,32</b>	<b>166.146,92</b>	<b>46.854,37</b>	<b>64.010,25</b>	<b>1.051,50</b>	<b>0,00</b>	<b>760.960,36</b>
<b>Saldos em 31-12-2013</b>								
Quantias brutas	3.978.440,84	23.388.167,21	3.213.259,18	262.319,61	660.227,62	36.110,73	1.140.386,33	32.678.911,52
Depreciações acumuladas	0,00	4.323.447,53	2.724.800,00	186.191,02	554.950,85	31.079,83	0,00	7.820.469,23
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.978.440,84</b>	<b>19.064.719,68</b>	<b>488.459,18</b>	<b>76.128,59</b>	<b>105.276,77</b>	<b>5.030,90</b>	<b>1.140.386,33</b>	<b>24.858.442,29</b>

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
<b>Saldos em 01-01-2012</b>								
Quantias brutas	3.676.751,84	19.611.397,32	2.686.796,19	202.790,59	550.829,28	31.133,26	2.232.888,93	28.992.587,41
Depreciações acumuladas	0,00	3.401.654,16	2.408.442,19	150.050,11	473.238,92	29.670,16	0,00	6.463.055,54
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.676.751,84</b>	<b>16.209.743,16</b>	<b>278.354,00</b>	<b>52.740,48</b>	<b>77.590,36</b>	<b>1.463,10</b>	<b>2.232.888,93</b>	<b>22.529.531,87</b>
<b>Movimento em 2012</b>								
<b>Ativo fixo</b>								
Aquisições		753.907,26	141.828,41	117.096,85	77.658,33	1.282,30	934.426,99	2.026.200,14
Alienações				(57.567,83)	(20.883,16)			(78.450,99)
Abates			(9.163,45)		(9.191,14)			(18.354,59)
Transferências	87.500,00	822.799,58	25.579,24		(848,95)		(939.776,39)	(4.746,52)
Total do exercício	87.500,00	1.576.706,84	158.244,20	59.529,02	46.735,08	1.282,30	(5.349,40)	1.924.648,04
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Depreciações do exercício		438.896,05	163.445,40	46.854,37	48.624,93	358,17		698.178,92
Alienações				(57.567,83)	(20.883,16)			(78.450,99)
Abates			(9.163,45)		(9.191,14)			(18.354,59)
Transferências			(4.071,06)		(848,95)			(4.920,01)
Total do exercício	0,00	438.896,05	150.210,89	(10.713,46)	17.701,68	358,17	0,00	596.453,33
<b>Saldos em 31-12-2012</b>								
Quantias brutas	3.764.251,84	21.188.104,16	2.845.040,39	262.319,61	597.564,36	32.415,56	2.227.539,53	30.917.235,45
Depreciações acumuladas	0,00	3.840.550,21	2.558.653,08	139.336,65	490.940,60	30.028,33	0,00	7.059.508,87
<b>Quantias líquidas</b>	<b>3.764.251,84</b>	<b>17.347.553,95</b>	<b>286.387,31</b>	<b>122.982,96</b>	<b>106.623,76</b>	<b>2.387,23</b>	<b>2.227.539,53</b>	<b>23.857.726,58</b>

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cofre optou por contabilizar as suas propriedades de investimento segundo o modelo do custo, conforme referido na nota 3.

As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2013, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
<b>Saldos em 01-01-2013</b>				
Quantias brutas	1.422.233,85	6.470.130,56	130.556,07	8.022.920,48
Depreciações acumuladas	0,00	2.723.189,55	0,00	2.723.189,55
<b>Quantias líquidas</b>	<b>1.422.233,85</b>	<b>3.746.941,01</b>	<b>130.556,07</b>	<b>5.299.730,93</b>
<b>Movimento em 2013</b>				
<b>Propriedades de investimento</b>				
Aquisições	81.470,02	376.373,09	52.176,82	510.019,93
Transferências		130.556,07	(130.556,07)	0,00
Total do exercício	81.470,02	506.929,16	(78.379,25)	510.019,93
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Depreciações do exercício		139.541,20		139.541,20
Total do exercício	0,00	139.541,20	0,00	139.541,20
<b>Saldos em 31-12-2013</b>				
Quantias brutas	1.503.703,87	6.977.059,72	52.176,82	8.532.940,41
Depreciações acumuladas	0,00	2.862.730,75	0,00	2.862.730,75
<b>Quantias líquidas</b>	<b>1.503.703,87</b>	<b>4.114.328,97</b>	<b>52.176,82</b>	<b>5.670.209,66</b>

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
<b>Saldos em 01-01-2012</b>				
Quantias brutas	1.405.358,85	6.308.587,86	47.681,86	7.761.628,57
Depreciações acumuladas		2.593.786,93		2.593.786,93
<b>Quantias líquidas</b>	<b>1.405.358,85</b>	<b>3.714.800,93</b>	<b>47.681,86</b>	<b>5.167.841,64</b>
<b>Movimento em 2012</b>				
<b>Propriedades de investimento</b>				
Aquisições	16.875,00	134.898,39	109.518,52	261.291,91
Transferências		26.644,31	(26.644,31)	0,00
<b>Total do exercício</b>	<b>16.875,00</b>	<b>161.542,70</b>	<b>82.874,21</b>	<b>261.291,91</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Depreciações do exercício		129.402,62		129.402,62
<b>Total do exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>129.402,62</b>	<b>0,00</b>	<b>129.402,62</b>
<b>Saldos em 31-12-2012</b>				
Quantias brutas	1.422.233,85	6.470.130,56	130.556,07	8.022.920,48
Depreciações acumuladas	0,00	2.723.189,55	0,00	2.723.189,55
<b>Quantias líquidas</b>	<b>1.422.233,85</b>	<b>3.746.941,01</b>	<b>130.556,07</b>	<b>5.299.730,93</b>

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	340.520,27 €
--------	--------------

O justo valor das propriedades de investimento não se encontra determinado à data de 31 de Dezembro de 2013. Contudo, não são conhecidos dados objectivos que levem a considerar que o justo valor não seja superior ao custo.

## 9. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

b) As amortizações são efectuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
<b>Saldos em 01-01-2013</b>			
Quantias brutas	560.589,01	0,00	560.589,01
Amortizações acumuladas	398.848,07		398.848,07
<b>Quantias líquidas</b>	<b>161.740,94</b>	<b>0,00</b>	<b>161.740,94</b>
<b>Movimento em 2013</b>			
<b>Activo intangível</b>			
Aquisições	7.048,54		7.048,54
Transferência	1.680,82		1.680,82
<b>Total do exercício</b>	<b>8.729,36</b>	<b>0,00</b>	<b>8.729,36</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Transferência	69,52		
Amortizações do exercício	150.327,26		150.327,26
<b>Total do exercício</b>	<b>150.396,78</b>	<b>0,00</b>	<b>150.327,26</b>
<b>Saldos em 31-12-2013</b>			
Quantias brutas	569.318,37	0,00	569.318,37
Amortizações acumuladas	549.244,85		549.244,85
<b>Quantias líquidas</b>	<b>20.073,52</b>	<b>0,00</b>	<b>20.073,52</b>
Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
<b>Saldos em 01-01-2012</b>			
Quantias brutas	512.693,12	21.438,90	534.132,02
Amortizações acumuladas	246.263,71	0,00	246.263,71
<b>Quantias líquidas</b>	<b>266.429,41</b>	<b>21.438,90</b>	<b>287.868,31</b>
<b>Movimento em 2012</b>			
<b>Activo intangível</b>			
Aquisições	21.313,56	0,00	21.313,56
Transferência	26.582,33	(21.438,90)	5.143,43
<b>Total do exercício</b>	<b>47.895,89</b>	<b>(21.438,90)</b>	<b>26.456,99</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Transferência	5.143,43		
Amortizações do exercício	147.440,93		147.440,93
<b>Total do exercício</b>	<b>152.584,36</b>	<b>0,00</b>	<b>147.440,93</b>
<b>Saldos em 31-12-2012</b>			
Quantias brutas	560.589,01	0,00	560.589,01
Amortizações acumuladas	398.848,07		398.848,07
<b>Quantias líquidas</b>	<b>161.740,94</b>	<b>0,00</b>	<b>161.740,94</b>

## 10. RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea j) do ponto 3. A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2013	2012
<b>Prestações de serviços</b>		
Mensalidades de utentes	805.517,04	789.078,78
Mensalidades de residência	33.218,54	630,00
Centros de Lazer	546.102,97	506.339,74
Comissões	20.655,20	9.693,89
<b>Total</b>	<b>1.405.493,75</b>	<b>1.305.742,41</b>
<b>Reversões</b>		
Sócios	16.358,29	0,00
Investimentos financeiros	78.008,65	7.281,90
Fundos de tesouraria	2.254,69	5.039,81
<b>Total</b>	<b>96.621,63</b>	<b>12.321,71</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Quotização	3.370.563,24	3.376.476,15
Subsídios prescritos	6.766,04	23.630,80
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	340.520,27	345.049,37
Outros	121.484,12	175.573,33
<b>Total</b>	<b>3.839.333,67</b>	<b>3.920.729,65</b>
<b>Juros</b>		
Depósitos bancários	4.553,05	8.203,03
Títulos da dívida pública	11.588,63	11.176,61
Empréstimos de financiamento	1.517.119,11	1.554.274,68
Outros investimentos financeiros	93.550,42	242.755,11
Outros juros	36.613,73	40.118,21
<b>Total</b>	<b>1.663.424,94</b>	<b>1.856.527,64</b>
<b>Total</b>	<b>7.004.873,99</b>	<b>7.095.321,41</b>

## 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respectivamente, a 124.306.765,94 euros e 124.350.534,76 euros. Todavia, segundo o estudo actuarial efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2013 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos ativos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 10.787.290,00 euros.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	9.829.697,00	477.268,00		10.306.965,00
Provisões para rendas vitalícias	198.752,00	55.796,00		254.548,00
Provisões para pensões reforma e sobrevivência	231.028,00		5.251,00	225.777,00
<b>Total</b>	<b>10.259.477,00</b>	<b>533.064,00</b>	<b>5.251,00</b>	<b>10.787.290,00</b>

À data de 31 de Dezembro de 2013 não existiam passivos e ativos contingentes.

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea f) do ponto 3.

Os principais ativos e passivos financeiros são os seguintes:

**12.1. Sócios e outras contas a receber**

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Associados - Ativo não corrente	25.516.235,23	24.463.618,46
associados - Ativo corrente	5.292.327,20	8.352.481,99
Clientes	149.904,78	119.029,35
Outras contas a receber	155.448,61	196.413,13
Devedores por acréscimos de rendimentos	19.419,37	35.847,23
<b>Total</b>	<b>31.133.335,19</b>	<b>33.167.390,16</b>

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respectivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos e é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efectivo.

**12.2. Fornecedores e outras contas a pagar**

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores	156.642,14	129.722,40
Adiantamentos de Clientes	15.672,77	16.090,03
Associados	587.897,53	532.806,70
Clientes	209.138,62	200.918,74
Outras contas a pagar	150.422,73	187.519,55
Credores por acréscimos de gastos	282.760,87	221.933,18
<b>Total</b>	<b>1.402.534,66</b>	<b>1.288.990,60</b>

**12.3. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber**

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	40.246,63		16.358,29	23.888,34
Sócios c/ cobrança duvidosa	2.268.290,67	775.842,91		3.044.133,58
Sócios c/ cartão saúde		47.053,78		47.053,78
<b>Total</b>	<b>2.308.537,30</b>	<b>822.896,69</b>	<b>16.358,29</b>	<b>3.115.075,70</b>

Além dos sócios de cobrança duvidosa indicados, existem ainda outras dívidas em situação de incumprimento ou de recuperação problemática incluídas nas seguintes rubricas de Balanço:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido)
  - Relativa a sócios com prestações vencidas já sujeita a imparidade -1.183.685,06€
  - Outros Sócios - 984.913,59 €
- Prestações de financiamento à habitação (prestações vencidas de capital e juros) - 660.435,61 €

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

#### 12.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Financiamentos obtidos” reduziu o valor, pois foi liquidada a Conta Cauçionada com o valor 2.700.000,00 €. O valor de 24.487,61€ corresponde aos contratos de locação financeira iniciados em 2013.

#### 12.5. Investimentos financeiros

Descrição	Saldo inicial	Imparidade	Reversão de imparidade	Saldo final
Títulos de dívida pública	122.764,72		78.008,65	200.773,37
Fundo de tesouraria	93.881,50		2.254,69	96.136,19
Total	216.646,22	0,00	80.263,34	296.909,56

#### 13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	14.943,78
Total	0,00	14.943,78
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre rendimento	34.253,48	16.968,78
Imposto sobre o valor acrescentado	4.552,93	0,00
Restantes impostos	276,00	0,00
Contribuições para a segurança social	50.793,89	33.129,65
Total	89.876,30	50.098,43

#### 14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	117.779,19	53.413,87
Total	117.779,19	53.413,87
<b>Passivo</b>		
Rendimento a reconhecer	196.393,42	5.810,84
Total	196.393,42	5.810,84

O aumento na rubrica gastos a reconhecer, deveu-se à contabilização dos gastos referentes a cartão de saúde do ano de 2014, que já foram pagos em 2013.

O aumento na rubrica rendimentos a reconhecer, deveu-se à contabilização dos rendimentos referentes a cartão de saúde do ano de 2014, que já foram recebidos em 2013.

**15. FUNDOS PATRIMONIAIS**

O movimento registado no exercício de 2013, na rubrica “fundos patrimoniais”, é o que se apresenta no mapa seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
Fundos	51.014.348,98	697.437,67		51.711.786,65
	51.014.348,98	697.437,67	0,00	51.711.786,65
<b>OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
<b>Excedente Revalorização</b>				
<b>Activo fixo tangível</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
<b>Propriedades de investimento</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
<b>Outras variações</b>	8.791,72	17.215,63	(13.955,61)	12.051,74
	8.791,72	17.215,63	(13.955,61)	12.051,74
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>				
Resultado líquido do período	(490.445,43)	(490.445,43)	490.445,43	(490.445,43)
	697.437,67	(490.445,43)	490.445,43	(490.445,43)
	55.137.412,00	224.207,87	476.489,82	54.650.226,59

**16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Descrição	2013	2012
Trabalhos Especializados	327.727,68	385.454,18
Comunicação	155.102,70	139.025,92
Electricidade	136.871,84	122.256,09
Conservação e Reparação	124.827,66	257.428,07
Subcontratos	97.600,00	266.700,00
Honorários	92.702,15	89.601,88
Limpeza, Higiene e Conforto	71.572,16	58.282,62
Contencioso e Notariado	52.293,94	60.587,32
Água	49.314,60	57.546,82
Gás	47.792,26	47.935,40
Seguros	34.918,04	31.138,66
Material de Escritório	26.914,51	22.826,63
Publicidade e Propaganda	7.628,00	6.570,77
Outros	135.299,86	74.499,10
<b>Total</b>	<b>1.360.565,40</b>	<b>1.619.853,46</b>

**17. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS**

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Remunerações Órgãos Sociais	24.483,03	25.759,97
Vencimentos e outros	1.967.369,01	1.544.035,01
Encargos sociais e pensões	508.997,17	278.823,84
<b>Total</b>	<b>2.500.849,21</b>	<b>1.848.618,82</b>

A rubrica “encargos sociais” para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas ativas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 222.292,88 euros.

O número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2013	2012
Dirigentes	9	8
Funcionários	121	103
Programa de estágio profissional IEFP	-	-
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	2	-
Contrato de emprego e inserção IEFP	1	1

O aumento dos gastos com o pessoal decorre da evolução do aumento dos efetivos acima referido.

**18. OUTROS GASTOS E PERDAS**

Descrição	2013	2012
Gastos em propriedades de investimento	80.218,02	61.463,18
Gastos de previdência social	1.345.740,12	1.423.409,54
Outros	320.606,10	19.688,81
<b>Total</b>	<b>1.746.564,24</b>	<b>1.504.561,53</b>

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo actuarial, conforme divulgados na nota 11 (527.813,00 euros em 2013 e 668.109,00 euros em 2012).

**19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES**

DESCRIÇÃO	Residências para sêniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às actividades	Total
<b>RENDIMENTOS</b>						
Prestação de serviços	839.659,08	545.179,47			20.655,20	1.405.493,75
Quotização					3.370.563,24	3.370.563,24
Outros rendimentos			340.520,27	1.517.119,11	371.177,62	2.228.817,00
<b>Total</b>	<b>839.659,08</b>	<b>545.179,47</b>	<b>340.520,27</b>	<b>1.517.119,11</b>	<b>3.762.396,06</b>	<b>7.004.873,99</b>
<b>GASTOS</b>						
Fornecimentos e serviços externos	486.281,71	322.267,19			552.016,50	1.360.565,40
Gastos com o pessoal	897.809,91	185.878,82			1.417.160,48	2.500.849,21
Gastos previdência social					1.345.740,12	1.345.740,12
Gastos de depreciação e amortização	289.133,25	357.618,65	139.541,20		266.054,18	1.052.347,28
Gastos de imparidade					822.896,69	822.896,69
Outros gastos			80.218,02		332.702,70	412.920,72
<b>Total</b>	<b>1.673.224,87</b>	<b>865.764,66</b>	<b>219.759,22</b>	<b>0,00</b>	<b>4.736.570,67</b>	<b>7.495.319,42</b>
<b>RESULTADO 2013</b>	<b>-833.565,79</b>	<b>-320.585,19</b>	<b>120.761,05</b>	<b>1.517.119,11</b>	<b>-974.174,61</b>	<b>-490.445,43</b>
<b>RESULTADO 2012</b>	<b>-654.490,96</b>	<b>-352.066,98</b>	<b>154.183,57</b>	<b>1.554.274,68</b>	<b>-4.462,64</b>	<b>697.437,67</b>

**20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 10 de Abril de 2014.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objecto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES:

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO 2013

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2013

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2013

**DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2013**

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	1.204.000,00	1.174.000,00	1.169.409,54	4.590,46
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	54.000,00	134.000,00	130.457,17	3.542,83
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00	8.000,00	7.385,11	614,89
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	2.000,00	1.560,00	440,00
01.01.11	Representação	4.000,00	4.000,00	1.670,16	2.329,84
01.01.13	Subsidio de refeição	93.000,00	113.000,00	112.247,72	752,28
01.01.14	Subsidio de férias e de Natal	215.000,00	221.500,00	221.465,07	34,93
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	20.000,00	20.000,00	19.972,03	27,97
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.05	Abono para falhas	4.000,00	5.000,00	4.197,48	802,52
01.02.06	Formação	30.000,00	5.000,00	114,00	4.886,00
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsidio de turno	45.000,00	45.000,00	42.901,70	2.098,30
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	3.000,00	3.000,00	463,85	2.536,15
01.02.13	Outros suplementos e prémios	219.000,00	214.000,00	213.783,84	216,16
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie				
	A- Remunerações de corpos gerentes	28.000,00	28.000,00	26.651,69	1.348,31
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	25.000,00	29.000,00	27.100,49	1.899,51
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	3.000,00	3.000,00	2.147,42	852,58
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	270.000,00	377.500,00	377.350,29	149,71
01.03.08	Outras pensões	60.000,00	50.000,00	49.302,38	697,62
01.03.09	Seguros	33.000,00	18.000,00	16.674,21	1.325,79
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	48.500,00	53.500,00	50.818,96	2.681,04
02.01.04	Limpeza e higiene	50.000,00	50.000,00	48.545,10	1.454,90
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	8.000,00	20.000,00	17.052,68	2.947,32
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	3.000,00	25.000,00	24.641,52	358,48
02.01.08	Material de escritório	31.000,00	31.000,00	28.302,53	2.697,47
02.01.11	Material de consumo clínico	4.000,00	5.000,00	4.697,27	302,73
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	10.000,00	10.000,00	1.863,45	8.136,55
02.01.17	Ferramentas e utensílios	13.000,00	3.000,00	491,24	2.508,76
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.500,00	1.500,00	218,14	1.281,86
02.01.21	Outros bens	41.000,00	31.000,00	21.701,14	9.298,86
02.02.01	Encargos das instalações	192.000,00	192.000,00	187.370,36	4.629,64
02.02.02	Limpeza e higiene	20.000,00	21.000,00	20.610,30	389,70
02.02.03	Conservação de bens	160.000,00	184.000,00	128.631,17	55.368,83
	<b>A transportar</b>	<b>2.909.000,00</b>	<b>3.091.000,00</b>	<b>2.959.798,01</b>	<b>131.201,99</b>

**DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2013**

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	<b>Transporte</b>	2.909.000,00	3.091.000,00	2.959.798,01	131.201,99
02.02.09	Comunicações	81.000,00	181.000,00	168.963,36	12.036,64
02.02.10	Transportes	3.000,00	3.000,00	1.713,08	1.286,92
02.02.11	Representações dos serviços	5.000,00	5.000,00	2.243,65	2.756,35
02.02.12	Seguros	51.000,00	51.000,00	50.730,06	269,94
02.02.13	Deslocações e estadas	6.000,00	11.000,00	9.370,54	1.629,46
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	8.000,00	7.597,27	402,73
02.02.17	Publicidade	5.000,00	7.000,00	5.622,99	1.377,01
02.02.18	Vigilância e segurança	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	590.000,00	500.000,00	457.652,75	42.347,25
02.02.25	Outros serviços	95.000,00	234.000,00	233.080,33	919,67
03.05.02	Outros juros	55.000,00	55.000,00	34.349,10	20.650,90
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	380.000,00	515.000,00	510.765,91	4.234,09
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	75.000,00	200.000,00	194.360,41	5.639,59
04.08.02	C-Rendas Vitalícias	10.000,00	24.000,00	23.489,49	510,51
04.08.02	D-Bolsas Sociais	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.08.02	E-Subsídios Sociais	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.01.00	Dotação provisional	10.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	4.000,00	4.000,00	765,72	3.234,28
06.02.03	B-Diversos	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
07.01.02	Habitações	150.000,00	175.000,00	172.028,02	2.971,98
07.01.03	Edifícios	2.000.000,00	1.885.000,00	1.512.133,55	372.866,45
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.06	Equipamento de transporte	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00
07.01.07	Material de informática	10.000,00	25.000,00	20.523,97	4.476,03
07.01.09	Equipamento administrativo	15.000,00	35.000,00	24.631,43	10.368,57
07.01.10	Equipamento básico	200.000,00	200.000,00	168.635,63	31.364,37
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	60.000,00	58.502,83	1.497,17
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	625.000,00	625.000,00	0,00	625.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	1.500.000,00	1.500.000,00	694.195,80	805.804,20
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	150.000,00	150.000,00	23.700,00	126.300,00
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	7.000.000,00	6.115.000,00	5.622.363,61	492.636,39
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	50.000,00	200.000,00	197.735,41	2.264,59
09.06.13	E-Emprést. p <sup>a</sup> construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2 <sup>a</sup> tranche e seguintes	20.000,00	80.000,00	75.000,00	5.000,00
10.06.03	Socied. Financ. Bancos e out. inst. Financeiras	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	750.000,00	900.000,00	891.027,67	8.972,33
12.02	Outras operações de Tesouraria	750.000,00	670.000,00	643.519,43	26.480,57
	<b>Total</b>	<b>21.286.000,00</b>	<b>21.286.000,00</b>	<b>14.764.500,02</b>	<b>6.521.499,98</b>

## MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2013

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
21	1	4.125,00	4.125,00	82,56	Transporte	32.409	107.478.037,67	106.290.287,13	2.814.682,20
22	2	9.125,00	5.300,00	141,36	64	1197	2328825,94	2490676,7	83482,68
23	5	20.625,00	12.375,00	254,52	65	1157	2044142,93	2192908,02	71986,08
24	9	38.775,00	26.482,50	615,48	66	1009	1680158,29	1825178,51	61547,64
25	9	41.500,00	32.300,00	784,92	67	957	1439775,45	1550094,59	52206,12
26	18	81.125,00	55.090,00	1.294,68	68	891	1220178,3	1313116,81	44638,56
27	29	123.125,00	107.827,00	2.094,12	69	768	1022567,01	1133465,35	38383,08
28	53	232.475,00	156.046,00	4.154,16	70	719	805702,11	872061,56	28736,16
29	60	261.025,00	233.632,50	4.723,32	71	657	736399,57	805166,22	26564,76
30	100	428.875,00	378.718,50	7.756,20	72	627	583511,01	634340,16	19694,28
31	113	478.175,00	444.672,33	9.147,84	73	625	561429,15	614187,44	19210,2
32	122	521.650,00	481.799,50	10.167,96	74	679	503697,33	538145,29	16132,68
33	204	869.304,20	755.259,87	16.269,00	75	636	429835,29	458969,86	13785,36
34	251	1.065.348,02	984.286,01	19.909,08	76	638	397529,22	428312,83	13423,32
35	309	1.316.606,66	1.213.645,59	25.021,08	77	676	377751,17	399347,07	10827,72
36	471	1.991.668,91	1.918.966,82	38.545,80	78	676	369013,01	399367,83	11325,36
37	592	2.486.164,95	2.393.848,76	48.667,44	79	626	293592,11	310102,82	7807,2
38	674	2.795.410,05	2.703.760,96	54.417,48	80	623	298166,39	316972,07	7919,88
39	782	3.222.792,66	3.062.738,69	64.071,72	81	655	274549,34	288807,78	6412,68
40	794	3.295.084,52	3.098.262,71	65.929,92	82	585	220563,65	226605,1	4128,12
41	777	3.258.151,98	3.034.452,32	66.799,08	83	535	195222,71	200028,61	3364,56
42	824	3.421.742,44	3.204.156,67	72.115,80	84	444	159137,28	162334,57	2861,28
43	763	3.228.276,68	3.009.976,40	69.344,28	85	460	163374,15	166183,37	2778,24
44	699	2.931.455,87	2.767.481,58	63.926,28	86	352	124351,59	126752,79	2064,24
45	766	3.183.741,19	3.036.444,02	71.059,20	87	327	115053,25	117003,55	2003,16
46	780	3.169.388,65	3.045.348,62	73.677,24	88	324	106319,23	108729,41	1906,2
47	912	3.661.849,84	3.513.597,20	88.582,80	89	282	98734,54	100230,93	1836,24
48	955	3.744.090,10	3.653.937,88	92.798,52	90	219	73705,31	74169,19	1197
49	1065	4.139.207,17	4.002.152,89	105.282,84	91	178	61621,43	63167,69	1167,72
50	1061	4.054.321,52	3.967.567,55	105.797,88	92	134	50084,95	50084,95	749,64
51	1183	4.255.464,34	4.214.937,88	113.139,12	93	99	33200,11	33200,11	496,2
52	1355	4.670.349,01	4.657.995,84	125.513,28	94	56	18156,32	18156,32	271,68
53	1563	5.158.122,97	5.174.553,06	142.525,56	95	43	12389,19	12389,19	184,8
54	1488	4.687.033,31	4.778.093,89	130.998,72	96	46	13856,66	13856,66	206,88
55	1470	4.601.569,08	4.708.919,81	134.417,40	97	18	5531,79	5531,79	82,8
56	1516	4.431.696,07	4.556.943,16	132.495,12	98	15	4788,48	4788,48	71,88
57	1361	3.982.649,13	4.136.272,34	124.370,16	99	11	3242,2	3242,2	48,36
58	1509	4.200.250,51	4.370.686,17	134.964,24	100	4	1665,99	1665,99	25,08
59	1551	4.112.702,57	4.321.509,72	136.838,52	101	1	498,8	498,8	7,44
60	1532	3.803.143,27	4.000.862,70	129.722,04	102	3	324,22	324,22	4,8
61	1598	3.453.181,42	3.656.062,26	117.484,68	103	1	32,92	32,92	0,48
62	1592	3.161.275,37	3.351.840,97	108.049,80	104	1	49,88	49,88	0,72
63	1491	2.885.395,21	3.057.356,46	100.731,00					
A transportar	32.409	107.478.037,67	106.290.287,13	2.814.682,20	Total	50.363	124.306.765,94	124.350.534,76	3.374.223,48



DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

“O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.

Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico.”



---

**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO  
ESTADO**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**EXERCÍCIO DE 2013**

---

**LISBOA**

AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5.ª  
1050-082 LISBOA  
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250  
F. (+351) 217 520 259  
E. BCA.GERAL@BCAAC.COM

**PORTO**

AV.ª DA BOAVISTA, 1203, 6.ª, SALA 606  
4100-130 PORTO  
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250  
F. (+351) 217 520 259  
E. BCA.GERAL@BCAAC.COM

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO (COFRE), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 67.150.809 EUR e um total de fundos patrimoniais de 54.650.227 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 490.445 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do COFRE, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 7, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reserva

7. De acordo com a Nota 12.3 do Anexo às demonstrações financeiras, existem associados com prestações em atraso decorrentes de apoios à habitação proporcionados pelo COFRE, cujo financiamento total ascende a cerca a 2.828 milhares de EUR (4.124 milhares de EUR em 31/12/2012), dos quais 660 milhares de EUR respeitam às referidas prestações vencidas (1.184 milhares de EUR em 31/12/2012) e 2.168 milhares de EUR a prestações vincendas (2.940 milhares de EUR em 31/12/2012). A redução face a 2012 decorre de imparidades reconhecidas no exercício (775 milhares de EUR), de liquidações por dação em cumprimento (cerca de 250 mil EUR) e da retoma do cumprimento de contratos por via da revisão do prazo de financiamento (cerca de 252 mil EUR). Embora existam garantias reais, constituídas pelos próprios imóveis, as repercussões da atual conjuntura económica e financeira no setor imobiliário e a inexistência de avaliações atualizadas não nos permitem avaliar em que medida a realização de tais créditos se encontra totalmente assegurada. Por idênticas razões, não se afigura possível avaliar em que medida possam existir perdas por imparidade por reconhecer relativamente às propriedades de investimento e a outros ativos imobiliários detidos pelo COFRE, os quais, de acordo com as Notas 3.1 a), 3.1 b), 7 e 8 do Anexo, se encontram mensurados ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações.

### Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do setor não lucrativo.

### Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de abril de 2014



BCA – B. Costa & Associados, SROC, S.A.  
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Exercício de 2013

Nos termos da legislação aplicável e da alínea e) do artigo nº 104º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE), o Conselho Fiscal, adiante designado abreviadamente por Conselho, emite o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

1. O Conselho manteve-se a par da situação financeira do CPFAE durante o referido período, quer através da presença do seu Presidente nas reuniões do Conselho de Administração (CA), quer através da análise dos documentos contabilísticos e de evolução financeira regularmente fornecidos por aquele órgão e, ainda, mediante contactos com os Serviços mais directamente relacionados com a gestão financeira da Instituição.

2. Sobre o Relatório acima referido, considera que descreve com objectividade a evolução da actividade do CPFAE, reflecte com rigor a sua situação patrimonial e financeira e, ainda, que as demonstrações financeiras anexas ao mesmo estão conforme o previsto na legislação aplicável e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

3. O Conselho manifestou apreensão pelas consequências que poderão advir para o CPFAE em virtude das medidas de austeridade, uma vez que é sobre os trabalhadores ou aposentados do sector público que mais tem incidido a redução dos rendimentos, e recomenda ao CA que acompanhe de perto a situação por forma a minimizar eventuais situações gravosas para a Instituição.

4. O Conselho congratulou-se com a actuação do CA no sentido da dinamização da gestão do CPFAE visando a melhoria da sua eficácia, o aumento da sua eficiência e a manutenção da qualidade dos serviços prestados, destacando os seguintes aspectos:

- O aumento do valor global respeitante aos serviços prestados pelos diferentes empreendimentos, em especial as Residências Sêniores de Loures e Vila Fernando, a Unidade de Turismo Rural da Covilhã e o Centro de Lazer do Vau;

- A apreciável diminuição global dos custos com fornecimentos e serviços externos;

- A diminuição do resultado negativo verificado no exercício anterior relativamente Unidade de Turismo Rural da Covilhã;

- A manutenção do plafond de financiamento destinado a abonos reembolsáveis;

- A melhoria da comunicação com os sócios.

5. O resultado líquido negativo do exercício em apreciação (-490.445,43€) foi objecto de especial atenção por parte do Conselho, que, sem prejuízo de recomendar ao CA a tomada de medidas que invertam a situação, teve em conta que foram as rubricas respeitantes aos juros e pessoal, respectivamente, da parte dos rendimentos e dos gastos, as que mais contribuíram para o resultado em causa.

Relativamente aos juros, o Conselho concorda com a explicação avançada no Relatório e Contas, isto é, que a significativa redução dos mesmos (-93.550,42€ ou -61,46%) ficou a dever-se à diminuição das taxas em virtude das regras impostas pelo Banco de Portugal quanto às taxas de juros máximas para os depósitos a prazo.

Quanto ao acréscimo das despesas respeitantes ao pessoal, o Conselho considerou-o justificado em parte substancial devido às razões aduzidas no Relatório e Contas, ou seja, a necessidade de admissão de trabalhadores para a Unidade de Turismo Rural da Covilhã e para o Centro de Lazer do Vau em virtude de o funcionamento destes empreendimentos ter passado a ser assegurado directamente pelo CPFAE, *havendo que considerar, ainda, os aumentos com a segurança social e a admissão de novos trabalhadores para os Serviços Centrais, para a Residência Sénior de Loures e para a Residência Universitária de Lisboa.*

6. O Conselho debruçou-se sobre as dívidas dos sócios em situação de contencioso, considerando preocupante o seu montante, cerca de 3.000.000€, pelo que reitera a recomendação da especial atenção do CA para este assunto, não obstante reconhecer o esforço que continua a ser feito através do Departamento de Consultoria Jurídica em ordem à cobrança das dívidas em causa.

7. Sem prejuízo do referido no ponto 4 do presente relatório, o Conselho considerou que o esforço já encetado pelo CA relativamente à rentabilização dos empreendimentos ali mencionados deve prosseguir por forma a conseguir-se:

Um equilíbrio entre os ganhos e os gastos nas residências séniores e nas residências universitárias, sendo de encarar, relativamente às primeiras, a possibilidade de preços diferenciados consoante o rendimento dos utentes;

Um superavit sensível na Unidade de Turismo Rural da Covilhã e no Centro de Lazer do Vau, implicando a prática de preços superiores aos custos/utente, sendo que nestes é imprescindível atingirem-se taxas de ocupação média/anual que os tornem rentáveis.

Ainda sobre os empreendimentos, e face à escassíssima ocupação da Residência Universitária do Porto, o Conselho recomenda ao CA, caso a situação não se inverta a curto prazo, a reconversão da finalidade da mesma ou, não sendo possível, a alienação do prédio.

8. O Conselho, face ao incumprimento de sócios no que respeita ao cartão de saúde, recomenda ao CA que retire o benefício em causa aos incumpridores já detectados e considerados de risco.

9. O Conselho apreciou o empenho do CA na condução das actividades da Instituição e o rigor com que executou o Orçamento aprovado para 2013 e entendeu ainda:

- Expressar o seu reconhecimento pelo esforço permanente de melhoria das condições destinadas ao bem-estar dos utentes das Residências Seniores e das Residências Universitárias;

- Deixar uma nota de registo pela valorização do património da Instituição traduzida na construção das piscinas do Centro de Lazer do Vau, o mais visível, mas a renovação, a restauração efectuada e o equipamento adquirido, em todo o património onde durante anos praticamente não existiu intervenção.

10. Em conclusão o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral,

- Aprove o Relatório e Contas relativamente ao exercício de 2013;

- Emita um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma empenhada como tem conduzido a gestão do CPFAE, e em especial ao seu Presidente pela dedicação praticamente exclusiva que continua a dedicar à Instituição e pela forma como tem resolvido os problemas com que esta se defronta no dia a dia.

Lisboa, 14 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal

Elder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Estêvão Cochicho Modas

José Alexandre Aleixo Ramalho



**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO**

Sede: Rua do Arsenal, Letra E - Apartado 2500 - 1112-803 Lisboa  
Atendimento e Tesouraria: Rua dos Sapateiros, 58 - 1100-579 Lisboa  
Tel: 213241060 - Fax: 213470476  
E-mai: [geral@cofreprevidencia.pt](mailto:geral@cofreprevidencia.pt)